

Quanto a matéria veiculada no portal GP1, em que se informa que "Prefeito Diego Teixeira contrata 5 escritórios de advocacia sem licitação" tem-se a informar o que segue:

A matéria faz referência às contratações promovidas no exercício financeiro de 2017, em que a suposta irregularidade faz parte do Relatório de Fiscalização do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Processo nº 005854/2017).

Ocorre que o título da matéria não condiz com o conteúdo apresentado, sobretudo por que na matéria consta que as contratações se deram "sem licitação" e ao longo do informe se apresentam os procedimentos licitatórios na modalidade inexigibilidade (art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93), conforme se nota:

**1- Contratação por inexigibilidade da empresa Marcos André Lima Ramos Advocacia e Consultoria (Inexigibilidade de licitação nº 01/2017),** fundamentada no art. 25, inciso II C/C art. 13, inciso V, da Lei nº 8.666/93, Extrato de Contrato, conforme publicação no Diário dos Municípios do dia 12/01/2017.

**2- Contratação por inexigibilidade da empresa Marcos Cardoso e Tiago AS Advogados Associados (Inexigibilidade de licitação nº 04/2017),** fundamentada no art. 25, caput e inciso II c/c art. 13, da Lei nº 8.666/93, Extrato de Contrato nº 004/2017, conforme publicação no Diário dos Municípios do dia 06/02/2017.

**3- Contratação por inexigibilidade da empresa Caldas Ribeiro, Santos & Castelo Branco Sociedade de Advogados (Inexigibilidade de licitação nº 04/2017),** fundamentada no art. 25, caput e inciso II c/c art. 13, da Lei nº 8.666/93, Extrato de Contrato, conforme publicação no Diário dos Municípios do dia 30/01/2017.

**4- Contratação por inexigibilidade da empresa Falcão & Benvindo Advogados Associados (Inexigibilidade de licitação nº 09/2017),** fundamentada no art. 25, caput e inciso II c/c art. 13, da Lei nº 8.666/93, Extrato de Contrato, conforme publicação no Diário dos Municípios do dia 13/11/2017.

**5- Contratação por inexigibilidade da empresa Shaymmon Moura Advogados Associados (Inexigibilidade de licitação nº 03/2017),** fundamentada no art. 25, caput e inciso II c/c art. 13, da Lei nº 8.666/93, Extrato de Contrato, conforme publicação no Diário dos Municípios do dia 24/01/2017.

A inviabilidade de competição como um dos pressupostos de natureza legal, estabelece-se pela impossibilidade de licitar valores heterogêneos, ou seja, o serviço técnico a ser prestado é avaliado conforme a expertise e o ato singular de determinados profissionais.

Vale explicar que não se pode buscar a prestação do melhor serviço profissional pelo menor preço ofertado. Não se trata de aquisição de

mercadorias, bens, mas sim de serviços específicos que demandam de um determinado profissional.

Não se trata de serviços comuns que qualquer profissional habilitado tem a capacidade de realiza-lo, fala-se, entretanto, em profissionais especializados em determinada prestação de serviço, que seja autoridade na área na qual atua, que tenha notoriedade e propriedade com o trabalho a ser ministrado, devendo isso ser demonstrado no momento da contratação.

As contratações de escritórios de advocacia por Inexigibilidade de Licitação já foram amplamente reconhecidas pelos Tribunais Superiores, tanto o Supremo Tribunal Federal (Inquérito 3.074/SC, AP 348) quanto o Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.192.332 – RS).

A Ministra Carmem Lúcia, ao Acompanhar o Voto do relator na AP 348 se pronunciou da seguinte forma:

*"Um dos princípios da Licitação, postos no art. 3º, é exatamente o do julgamento objetivo. Não há como dar julgamento objetivo entre dois ou mais advogados. De toda sorte, como verificar se um é melhor do o outro? Cada pessoa advoga de um jeito. Não há como objetivar isso. Este é o típico caso, como mencionou o Ministro Eros Grau, de inexigibilidade de licitação – art. 25 c/c art. 13."*

Pelo entendimento supramencionado, é cediço notar que o entendimento do Supremo Tribunal Federal, chegou ao consenso que a Administração Pública, tem a oportunidade de escolher o meio mais adequado para a execução de um serviço, levando-se também em conta, o vínculo de confiança no trabalho do profissional na qual se credita.

Interpretando-se os posicionamentos apontados, como se pôde observar, demonstram que a confiança constitui aspecto subjetivo insuperável, que impossibilita a seleção segundo critérios objetivos, catalogáveis num edital de licitação.

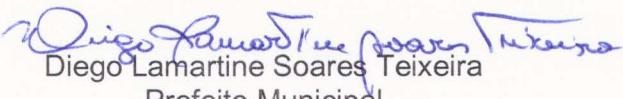
O próprio Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através da 1ª Câmara, coaduna com os argumentos ora apresentados, como se nota do Voto do Douto Conselheiro Relator do TC/020147/2016:

A despeito da análise técnica e do parecer ministerial, o entendimento deste Relator é no sentido de que os serviços singulares configuram-se como aqueles que são prestados com determinado grau de confiabilidade. Nesse sentido, a singularidade não se relaciona apenas ao prestador do serviço ser o único, isto é, poderão existir outras possibilidades, sobretudo a realização do serviço

de modos similares. Prepondera-se no caso, a liberdade de escolha do gestor, ressaltando-se que tal liberdade encontra limites na lei, não sendo, portanto, absoluta. Deste modo, **compreende-se que o gestor poderá escolher aquele em que deposita maior confiança, sendo este apto a realizar o serviço de maneira que atenda ao interesse público.**

Com isso se mostra que a referida matéria jornalística não apresenta a verdade dos fatos, pois as contratações se deram em conformidade com a legislação vigente, embasada em entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal e do próprio Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Houve procedimento licitatório para cada uma das contratações citadas, em obediência aos ditames legais, os preços praticados estão em conformidade com os de mercado e os serviços foram efetivamente prestados, razão pela qual inexiste prejuízo ao erário municipal.

  
Diego Lamartine Soares Teixeira  
Prefeito Municipal  
Amarante-PI